



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ✿ [É CONSTRANGEDOR! – O Popular](#)
- ✿ [GUERRA DE NARRATIVAS – O Popular](#)
- ✿ [É PRECISO DELIMITAR O PODER DAS GUARDAS MUNICIPAIS – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [UM TRIBUNAL NA BERLINDA - Folha de São Paulo](#)
- ✿ [A REFORMA REACIONÁRIA DO ESTADO - Folha de São Paulo](#)
- ✿ [LULA SE QUEIXA DE VAZAMENTOS EM RETA FINAL ANTES DE REFORMA MINISTERIAL - Folha de São Paulo](#)
- ✿ [SILVIO ALMEIDA NEGA ASSÉDIO, FALA EM INTRIGA E DIZ QUE ANIELLE 'SE PERDEU NUM PERSONAGEM' - Folha de São Paulo](#)
- ✿ [ADVOGADO DE BOLSONARO SE ENCONTRA COM BARROSO E REAFIRMA QUE PEDIRÁ ANULAÇÃO DA DELAÇÃO DE CID - Folha de São Paulo](#)
- ✿ [POR AGENDA POSITIVA, LULA DESTRAVA SAQUE RETIDO DO FGTS – Correio Braziliense](#)
- ✿ [93 ANOS DO VOTO FEMININO: DA LUTA PELO DIREITO AO ESPAÇO POLÍTICO REDUZIDO - Correio Braziliense](#)
- ✿ [VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NÃO TEM LIMITES - Correio Braziliense](#)
- ✿ [CADE ESTUDA EDIÇÃO DE NORMA PARA DAR DESCONTO OU PARCELAR VALORES DE MULTAS – Valor Econômico](#)
- ✿ [ÓRGÃO REALIZARÁ SESSÕES VIRTUAIS DE JULGAMENTO - Valor Econômico](#)
- ✿ [DESTAQUE - Valor Econômico](#)
- ✿ [STOCK OPTIONS E O VÍCIO DA INSEGURANÇA JURÍDICA - Valor Econômico](#)
- ✿ [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 25.02.2025 – PÁG. 3

É constrangedor!

Emiliano Lobo de Godoi

Segundo o dicionário, a palavra "constranger" significa algo que incomoda, é inconveniente ou, ainda, estar em uma situação embaraçosa. São momentos desconfortáveis que jamais gostaríamos que acontecessem. No entanto, nos tempos atuais, basta um pouco mais de atenção às notícias para que o constrangimento surja por todos os lados.

Neste ano de 2025, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) será realizada no Brasil, tendo como principal bandeira a redução do consumo de combustíveis fósseis, com o objetivo de diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Contudo, faltando apenas 9 meses para o evento, o presidente do nosso país declara que pretende explorar petróleo na Foz do Amazonas e que o Ibama está de "lenga-lenga" no processo de licenciamento ambiental.

É constrangedor.

Belém, cidade sede da COP 30, segundo dados do IBGE, é a capital com maior porcentual de domicílios com lixo não coletado do país, impactando cerca de 35.739 indivíduos. Os residentes locais recorrem frequentemente à eliminação de seus resíduos por meio de métodos inadequados, como a queima. O fluxo de investimentos para a melhoria das condições da cidade para receber o evento se concentra em uma pequena área urbana, entre o centro histórico e o aeroporto, preparando-se para que os convidados não saiam dessa região. Por outro lado, no estado do Pará, de acordo com o Instituto Trata Brasil, 91% da população não tem coleta de esgoto.

É constrangedor.

A biodiversidade, um dos maiores patrimônios do Brasil e um dos destaques da COP 30, fornece recursos essenciais, como alimentos, medicamentos e matérias-primas industriais, além de desempenhar serviços importantes, como a regulação do clima e a purificação da água. Entretanto, a área queimada no país sede da COP foi de 29,7 milhões de hectares de janeiro a novembro de 2024, o que representou um aumento de 93% em relação ao mesmo período de 2023, segundo o Monitor do Fogo, do MapBiomias.

É constrangedor.

Sabemos que a educação é o principal instrumento para reverter esse triste cenário. No entanto, o Ministério da Educação (MEC) definiu que o piso salarial nacional do magistério da educação básica em 2025 será de R\$ 4.867,77. Enquanto isso, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2024, ao menos 41 juízes, de cinco tribunais diferentes, receberam pagamentos superiores a R\$ 500 mil. Com base no piso salarial do MEC, os salários desses 41 juízes seriam suficientes para pagar mais de 4 mil professores.



É constrangedor saber que esta lista de maus exemplos não tem fim. É constrangedor olhar para nossos filhos e saber que essa realidade não mudará quando eles forem adultos. É constrangedor viver em um país do futuro que jamais chega. É constrangedor escrever um artigo sobre isso. É muito constrangedor!

JORNAL – O POPULAR –25.02.2025 - PÁG. 7

Guerra de narrativas

Eliane Cantanhêde



A defesa e os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro no julgamento da articulação de um golpe de Estado já definiram bem as regras e flancos do processo passíveis de questionamento e desqualificação nesta fase da denúncia da PGR e ajustaram a mira nele, no relator Alexandre de Moraes, já atacado até por aliados externos do bolsonarismo, como Donald Trump, Elon Musk e as big techs.

O primeiro grito foi que não houve golpe e que "só tentativa" não é crime. Mas, segundo os artigos 359M e 359L do Código Penal, tentativa de golpe contra as instituições democráticas é, sim, crime tipificado na lei e não se fala mais nisso, por ora. O empenho passa a ser para anular a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, sob alegação de que ele e a família teriam sido ameaçados por Moraes para abrir a boca. Bem, quem viu os vídeos da delação sabe que não é assim.

Cid havia omitido o plano "Punhal Verde Amarelo", para assassinar Lula, Geraldo Alckmin e o próprio Moraes. Como relator, Moraes chamou Cid, lembrou os benefícios da delação (dois anos de prisão, recuperação dos bens, blindagem do pai, mulher e filhas) e reforçou que esses benefícios são condicionados a ele falar a verdade, sem omitir nada. Isso é coerção, ou uma cobrança legítima?

Um flanco a favor de Bolsonaro é o julgamento na Primeira Turma, não no plenário do STF. Pelo regimento, a competência para julgar ações penais, ou enviá-las para o pleno, é da turma. Mas, na prática, trata-se de um julgamento histórico, de um ex-presidente, generais, almirante... Se ministros reclamam, imaginem a opinião pública! E há um debate sobre o impedimento de Moraes, vítima, relator, investigador e julgador ao mesmo tempo. Que é estranho, isso é.

Como delação de Cid, Primeira Turma, impedimento de Moraes e quaisquer questionamentos sobre o julgamento serão deliberados pelo próprio Supremo, não há muito motivo para otimismo de Bolsonaro e demais denunciados. A última palavra será do Supremo

Assim, a carta na manga de Bolsonaro é política: a anistia para o 8/1, que está no Congresso para favorecê-lo. "Não vejo nenhuma perspectiva de frutificar", disse ao Estadão o decano do STF, Gilmar Mendes, para quem "são crimes muito próximos do terrorismo e não deveriam ser contemplados por anistia".

Resumo da ópera: para o bolsonarismo, tudo é perseguição, denúncia vazia, coerção, abuso de poder, mas, para o STF, as leis e o devido processo legal estão sendo rigorosamente seguidos. Só uma guerra de narrativas. Só quando o julgamento começar o Brasil vai parar para assistir e julgar, junto com eles.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.02.2025 – PÁG. A3

É preciso delimitar o poder das guardas municipais

Supremo autoriza que as corporações atuem como polícia, mas falta clareza sobre como serão integradas a outras forças



Guardas municipais podem atuar como polícia, decidiu na quinta-feira (20) o Supremo Tribunal Federal, entretanto o debate sobre o tema ainda não está encerrado.

Como a corte demarcou limites ainda nebulosos, cabe aos demais poderes regular na prática a atribuição de policiamento para evitar conflito de competências com as polícias militares, subordinadas aos governos estaduais.

Na última década, em resposta ao anseio legítimo da sociedade por segurança efetiva, guardas municipais expandiram a função de proteção do patrimônio público, prevista na Constituição. Das 22 atuantes em capitais, 20 estão armadas e algumas, como a de São Paulo, contam até com fuzís.

Em 2023, o STF já havia confirmado que essas corporações integram o Sistema de Segurança Pública. O diferencial de sua última decisão neste mês é que, agora, municípios podem atribuir em lei a competência de segurança a suas guardas, incluindo policiamento ostensivo e comunitário.

Impulsionando essa mudança, há dois movimentos: de um lado, o interesse eleitoral de prefeitos para contar com agentes sob sua autoridade e, de outro, um debate sério sobre como promover políticas integradas no setor.

Mais importante é esclarecer onde começa e onde termina o poder dessas forças no trato com a população e como será sua relação com as polícias estaduais.

Ademais, a ampliação do raio de ação das guardas municipais, por si só, não resolverá os vários problemas em segurança.

Os dados referentes ao trabalho dessas forças ainda são opacos, diferentemente das polícias, que, apesar das falhas, instituíram a divulgação sistemática de números sobre letalidade.

Apenas aumentar o efetivo de homens não reduz a criminalidade. É necessário implementar protocolos de uso da força, cadeias de comando e responsabilidade, distribuir agentes no território das cidades com base

em evidências, além de investir em tecnologias e inteligência investigativa —subutilizada em prol de grandes operações que não raro descambam em violência.

Ações de zeladoria das prefeituras em iluminação, sinalização e pavimentação, principalmente em regiões mais vulneráveis, também se mostram positivas para a segurança da população.

Embora o Supremo afirme que as competências das guardas municipais não podem se sobrepor às atribuições investigativas e ostensivas das polícias civil e militar, é preciso atenção para que guardas civis, cada vez mais armadas, não se tornem uma versão menos treinada das polícias.

Um tribunal na berlinda

Confiabilidade do STF também estará em julgamento na ação contra Bolsonaro & parceria

Dora Kramer

Não havendo dúvida de que a denúncia da PGR contra Jair Bolsonaro (PL) será aceita, o Supremo Tribunal Federal está na iminência de outra vez julgar ação envolvendo uma figura de proeminência-mor na República.

No caso do mensalão, o presidente Luiz Inácio da Silva (PT) não estava na lista dos processados, mas sua sombra pairava no ambiente que lhe foi desfavorável depois, quando o Supremo referendou as decisões de Curitiba na Operação Lava Jato.



De lá para cá, o espírito e seu tempo mudaram; com eles, mudou a percepção da sociedade sobre o trabalho do STF. Pesquisas Atlas/Intel de setembro de 2024 e fevereiro deste ano apontam que metade (50% e 47%, respectivamente) da população não confia na imparcialidade dos magistrados. A Justiça não tem de ser popular, mas precisa ser respeitada e, sobretudo, confiável. Fica neste patamar quando atua com equilíbrio não só nas decisões, mas também na observância das leis naturais da contenção ética por parte de seus operadores.

Na falta de tais atributos, o tribunal se torna vulnerável ao que o professor Oscar Vilhena chama de erosão da autoridade indispensável ao reconhecimento de condição moral para enquadrar a nação aos ditames da Constituição.

Alguns dos atuais ministros, os menos contidos, quando confrontados com críticas alegam que seu compromisso com a lei não inclui acordo com as expectativas da plateia. Estão certos quanto a sentenças, mas não quanto ao esperado em termos de procedimentos. Estes demandam sobriedade no pessoal e transparência no profissional.

Exigências nem sempre observadas. Há exemplos vastamente relatados. O mais recente, a ideia de se fazer um jantar de confraternização entre o STF e o presidente da República. O bom senso aconselhou o cancelamento devido à denúncia da PGR.

Do episódio, contudo, ficou registrada a falta de noção de que protocolos existem para delimitar prerrogativas e manter os Poderes cada qual no respectivo quadrado. A confiabilidade do julgamento em via de começar roga que assim seja.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.02.2025 – PÁG. A4

A reforma reacionária do Estado

Resta saber se a sociedade está disposta a aceitá-la pelo voto, instrumento que ainda detém: já há respostas positivas, para desespero de muitos

Martim Vasques da Cunha

Doutor em ética e filosofia política (USP), é autor de “Crise e Utopia – O Dilema de Thomas More”, “A Poeira da Glória”, “A Tirania dos Especialistas” e “A Disciplina do Deserto” (no prelo)

Já faz mais de um mês que Donald Trump assumiu a segunda temporada da Casa Branca. Será um espetáculo completamente diferente do da primeira —e por um motivo mais do que inusitado: o Doge, o Departamento de Eficiência Governamental liderado por Elon Musk.

O empreendedor polêmico do Vale do Silício já entrou em conflito com a parte populista (considerada "raiz") do movimento Maga (acrônimo para "Make America Great Again", ou "façam os EUA grandes de novo", em inglês), representada por Steve Bannon, ao promover a inovação como força motriz do novo governo.

A imagem mostra um homem com um boné preto e uma jaqueta escura, com os braços cruzados, observando um outro homem que está de perfil, com cabelo loiro e usando um terno claro. O fundo é composto por cortinas amarelas e janelas, sugerindo um ambiente interno formal.

Mas tudo isso é ruído —em particular, ruído provocado pelo status quo, que não sabe o que fará quando o verdadeiro tema de 2025 for revelado diante dos olhos do grande público: o da reforma do Estado.

O grande objetivo do Doge seria enxugar aquilo que José Osvaldo de Meira Penna chamava de "O Dinossauro". Ou seja: diminuir o poder arbitrário da máquina burocrática na vida do cidadão comum, dando transparência aos custos, para depois motivar a criação de uma cultura de tecnologia e progresso.





CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
7 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Exatamente o oposto do que se faz no momento no Brasil, onde o protecionismo tecnológico e econômico se tornou parte do nosso cotidiano, impedindo a nossa riqueza.

Porém, na Argentina, por exemplo, Javier Milei já deu os primeiros passos rumo a essa meta de reforma —e, obviamente, foi achincalhado pela intelligentsia local (é de se observar que ele também facilita as críticas ao divulgar um esquema suspeito de criptomoeda que levou alguns dos seus apoiadores à falência).

A razão é óbvia: os intelectuais desejam, acima de tudo, viver em um mundo onde o Estado é um paquiderme, inchado e sem nenhuma competência técnica. Assim fica mais fácil inculcar, na mente de qualquer pobre-diabo, a ideia de que vivemos em um cosmos repleto de revolucionários, prontos para alterar a estrutura da realidade tal como conhecemos.

O surgimento do Doge, as vitórias de Milei e até mesmo a administração de Nayib Bukele em El Salvador (com todos os problemas que ela implica para a liberdade ao privilegiar a segurança como razão única do seu governo) são evidências de que há uma maré a favor dessa mudança estrutural do Estado, semelhante ao que aconteceu na década de 1990. Além disso, tragédias ambientais gigantescas, como as enchentes no Rio Grande do Sul e os incêndios em Los Angeles (EUA), confirmam aos olhos da opinião pública que a tecnocracia é incompetente ao extremo.

A diferença é que, antes, essa reforma era elaborada pelo progressismo liberal que precisava mudar o Estado para manter as finanças em dia; agora a mudança vem de grupos reacionários que, armados com uma técnica apuradíssima (bitcoin, inteligência artificial, energia atômica, nanotecnologia), pretendem recuperar a influência perdida, tendo como inimigo principal essas elites ultrapassadas que, segundo eles, "não querem largar o osso".

Resta saber se a sociedade civil está disposta a aceitar essa reforma por meio do único instrumento que ela ainda detém: o voto. Se a resposta for positiva (como está sendo, para desespero de muitos), essa mesma sociedade comprovará que não deixará se submeter a uma intelectualidade necrosada e a uma burocracia que farão de tudo para jamais perderem a força de comandar cada detalhe das nossas vidas.

Assim, o conflito entre as elites e o povo aumentará de intensidade, provocando, dentro da nossa democracia, uma dissonância cognitiva em que ninguém mais saberá o que é o certo e o que é o errado, o que é verdade e o que é mentira —e, o mais importante, o que é reforma e o que é revolução. Quem viver verá.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.02.2025 – PÁG. A8

Lula se queixa de vazamentos em reta final antes de reforma ministerial

Segundo relatos, presidente disse que ministros ameaçados não podem descobrir situação pela imprensa

*Catia Seabra
Victoria Azevedo*

O presidente Lula (PT) se queixou a aliados nos últimos dias dos vazamentos à imprensa de conversas sobre a reforma ministerial em seu governo.

De acordo com relatos, o petista afirmou que integrantes de sua equipe que estejam sob risco de deixar o cargo não podem descobrir pela imprensa eventual substituição.

Um homem com barba e cabelo grisalho, usando uma camisa vermelha e um chapéu de palha, está falando em um microfone. Ele parece estar em um evento, com um fundo desfocado que contém pessoas e um texto em destaque que diz 'Novo Futuro'.



Como a Folha revelou na semana passada, Lula decidiu trocar a ministra da Saúde, Nísia Trindade. A titular da pasta, no entanto, soube que deixaria o governo por notícias, e aliados demonstraram descontentamento com esse tratamento. A reação da ministra é motivo de apreensão no Palácio do Planalto.

O presidente marcou para esta terça (25) uma cerimônia com Nísia no palácio, para fechar acordo para a produção de vacinas, medicamentos e outros insumos que são resultado de projetos de parcerias público-privadas

A expectativa é que o encontro reservado com Nísia, para selar o seu futuro e desencadear a reforma ministerial, aconteça após a cerimônia. Para a Saúde, deve ser deslocado o ministro Alexandre Padilha (PT), atual chefe da SRI (Secretaria de Relações Institucionais).

Outro ministro que passa por um processo público de fritura é o titular da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo (PT), cuja cadeira estaria reservada para a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR).

O nome de Gleisi também tem sido cogitado para a SRI. Lula manifestou, em conversas, a intenção de nomeá-la para a articulação política, mas foi desencorajado. Ainda assim, a hipótese não está descartada, bem como a possibilidade de ela assumir o Ministério de Desenvolvimento Social, ocupado hoje por Wellington Dias (PT).

Conversas sobre mudanças na Esplanada se arrastam há meses e se intensificaram nas últimas semanas, num cenário de queda de popularidade do governo federal. De acordo com aliados, o petista tem realizado uma série de conversas com políticos fora de sua agenda pública na Granja do Torto para tratar do assunto.



CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Um aliado de Lula diz que, nesses encontros, o presidente deixou claro a pessoas que sondou que poderia rever sua decisão caso essas informações fossem vazadas.

Até mesmo auxiliares mais próximos são cautelosos ao falar sobre a reforma.

Com a ida de Padilha para a Saúde, abre-se uma vaga no Palácio do Planalto. Integrantes do centrão se queixam do fato de a "cozinha" do presidente ser formada majoritariamente por políticos do PT —a exceção é o chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social), o marqueteiro Sidônio Palmeira.

Hoje, de acordo com pessoas que acompanham as negociações, a tendência é que um nome do centro ocupe essa cadeira. Nesse cenário, estão em análise os deputados Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) e Antonio Brito (PSD-BA), além do ministro Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), que é deputado federal licenciado pelo Republicanos.

A cúpula da Câmara trabalha desde o começo do ano por Isnaldo, parlamentar considerado governista e braço direito do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ele também é próximo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Segundo deputados do centrão e até mesmo parlamentares petistas, a opção por Isnaldo poderia melhorar a relação do governo com a Câmara, que tem sido conturbada desde o começo do terceiro mandato de Lula.

Pesa contra o líder do MDB, no entanto, o fato de ele não ter uma relação de convívio com Lula. Aliados do petista dizem que o posto da SRI exige um contato diário com o presidente e, portanto, é necessário um político que tenha a extrema confiança do chefe do Executivo.

Como a Folha mostrou, o presidente quer incluir Motta e Alcolumbre nas negociações da reforma. Havia uma expectativa entre aliados dos parlamentares que eles pudessem conversar a sós com o petista na noite desta segunda (24), em sessão do filme "Ainda Estou Aqui" no Palácio da Alvorada com autoridades.

Apesar da tendência de um nome do centro na SRI, há uma ala que defende que o ministério siga no comando do PT. Os nomes mais fortes seriam de Jaques Wagner (BA), líder do governo no Senado, e de José Guimarães (CE), líder do governo na Câmara.

A ida de Wagner para o Palácio do Planalto poderia ter consequências no Ministério de Desenvolvimento Social, hoje ocupado pelo senador licenciado do PT Wellington Dias, cuja gestão é objeto de reclamações do presidente. Nesse cenário, Dias poderia ser nomeado líder do governo no Senado.

Para chefiar o Ministério de Desenvolvimento Social, são cogitados nomes de perfil técnico, como a ministra Esther Dweck (Gestão) e a economista Tereza Campello, diretora Socioambiental do BNDES, ou político, como Antonio Brito (PSD) e a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB).

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –25.02.2025– PÁG. A10

Silvio Almeida nega assédio, fala em intriga e diz que Anielle 'se perdeu num personagem'

Ministra chama de 'estratégia repulsiva' declarações de ex-titular dos Direitos Humanos demitido por Lula após acusações

Arthur Guimarães de Oliveira



Ex-ministro dos Direitos Humanos do governo Lula (PT), Silvio Almeida disse ter sido alvo de intriga política para desgastá-lo e que Anielle Franco, chefe da pasta da Igualdade Racial, "se perdeu num personagem" quando o acusou de importunação sexual.

Silvio Almeida foi demitido do governo Lula (PT) em setembro do ano passado após ser alvo de denúncias de importunação e assédio sexual —recebidas pela organização Me Too Brasil. Anielle disse ter sido uma das vítimas.

"Acho que ela [Anielle] caiu numa armadilha, a falta de compreensão de como funciona a política —a armadilha em que eu caí também", afirmou o ex-ministro em entrevista ao UOL publicada nesta segunda-feira (24).

"Não prestei atenção em coisas em que deveria ter prestado mais atenção. Ela, da mesma forma. Ela se perdeu num personagem. Para tentar me desgastar, ela participou desse espalhamento de fofocas e intrigas sobre mim."

A imagem mostra o perfil de um homem usando óculos. Ele tem a boca ligeiramente aberta, como se estivesse falando ou prestando atenção. O fundo é desfocado, destacando o rosto do homem, que apresenta uma expressão séria.

Ex-ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, durante entrevista à Folha em seu antigo gabinete, em Brasília - Pedro Ladeira - 10.fev.23/Folhapress

De acordo com o ex-ministro, "tem gente especialista, dentro e fora do governo, em criar intriga e vazar para a imprensa". "Tanto eu quanto Anielle Franco fomos enredados nessa imundice", disse.

Em nota, a ministra rebateu as declarações de Silvio Almeida e disse que ele usou o espaço público para desqualificar as denúncias e intimidar as vítimas de assédio.

"A tentativa de descredibilizar vítimas de assédio sexual, minimizar suas dores e transformar relatos graves em 'fofocas' e 'brigas políticas' é inaceitável. Na véspera de prestar depoimento à Polícia Federal como investigado, o acusado escolheu utilizar um espaço público para atacar e desqualificar as denúncias, adotando uma postura que perpetua o ciclo de violência e intimida outras vítimas", diz nota de Anielle.



CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
11 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Ainda no comunicado, ela reforça o direito à defesa do ex-colega, mas destaca que insinuar retaliações a quem denuncia os crimes é uma "estratégia repulsiva". "Importunação sexual não é questão política, é crime. Sendo assim, reitero minha confiança na seriedade das investigações conduzidas pela Polícia Federal e reforço meu compromisso com a defesa das vítimas e o combate à violência de gênero e raça."

Dois inquéritos foram abertos para investigar o caso, um pelo MPT (Ministério Público do Trabalho) e outro no STF (Supremo Tribunal Federal), a pedido da PF. A investigação, que tem o ministro André Mendonça como relator, está sob sigilo de Justiça.

Silvio Almeida vai prestar depoimento nesta terça-feira (25), na sede da Polícia Federal em Brasília.

Há uma semana, o ex-ministro publicou um manifesto nas redes sociais no qual afirmou que retomaria suas atividades públicas. "Eu estou vivo, continuo indignado e não quero compaixão nem 'segunda chance'. Eu quero justiça."

Ao UOL ele disse que precisou de um tempo em silêncio para entender o que estava acontecendo. Também citou um clima de hostilidade após as acusações e como sua defesa era lida como uma forma de desrespeito às supostas vítimas.

"Foi uma experiência de muito sofrimento. Primeiro vem a tristeza, depois a indignação. Estou indignado. Todas as pessoas que estão se referindo a mim desse jeito vão ser responsabilizadas."

O ex-ministro negou ter feito comentários indevidos a Anielle e passou a mão nas pernas dela em reunião ministerial, do que é acusado. Disse que naquela ocasião houve encontro tenso e que surgiram divergências entre o que os dois propunham.

Relatou uma conversa com assessores sobre como era difícil trabalhar com o Ministério da Igualdade Racial e com Anielle, que ela foi desrespeitosa com ele e que fingia uma intimidade que nunca teve.

"Comecei a dar opiniões e, em determinado momento, ela pega meu braço e fala mais ou menos assim: 'Em todo lugar você quer dar aula. Aqui não é lugar de dar aula'."

Também negou outros supostos casos de assédio na universidade que vieram à tona.

"Dou aula há 20 anos. Tive, aproximadamente, 40 mil alunos. Metade disso são mulheres. Em todas as universidades que passei, isso está dito de maneira oficial, nunca tive nenhum tipo de acusação."

"Não sei [por que essas mulheres mentiriam]. Não tenho como estar na cabeça delas. O que posso dizer é que não fiz isso. Não sei por que as pessoas mentem. E quem mente tem responsabilidade."

Em depoimento à PF, Anielle disse que as "abordagens inadequadas" de Silvio Almeida foram escalando até a importunação física.

A ministra afirmou ainda à revista Veja que houve "atitudes inconvenientes" por parte dele, como toques inapropriados e convites impertinentes, mas que ela não reportou os episódios por "medo do descrédito e dos julgamentos", além da sensação de que a culpa era da vítima, não do agressor.

"É importante deixar claro que o que houve foi um crime de importunação sexual. Fui vítima de importunação sexual. Precisamos reforçar isso para evitar que mulheres continuem sendo vítimas desse tipo de agressão", disse Anielle à revista Veja.

Em outubro de 2024, o governo Lula confirmou ter recebido também novas acusações de assédio sexual contra Silvio Almeida, encaminhadas à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, mas afirmou que não divulgaria mais detalhes porque os procedimentos estão sob sigilo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –25.02.2025– PÁG. A12

Advogado de Bolsonaro se encontra com Barroso e reafirma que pedirá anulação da delação de Cid

Celso Vilardi afirmou a jornalistas que áudios de celulares de acusados de integrar trama golpista não complicam defesa

Ana Pompeu



O advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro Celso Vilardi afirmou que a equipe de defesa deve pedir a anulação da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. Ele esteve com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), nesta segunda-feira (24).

As informações do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro são uma das bases da denúncia apresentada pela PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o ex-presidente e mais 33 pessoas.

Assessores da presidência da corte relatam que o advogado quer que as análises da denúncia e eventual julgamento sejam feitas pelo plenário completo, e não pela Primeira Turma da corte.

O colegiado maior é formado pelos 11 magistrados, enquanto as turmas têm cinco ministros cada. A expectativa até o momento é que o caso fique na turma integrada pelo relator Alexandre de Moraes e pelos ministros Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Luiz Fux.

Na próxima quarta (26), Vilardi tem uma audiência marcada no gabinete de Moraes, quando também deve levar demandas da defesa do ex-presidente.

O advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Celso Vilardi - Ronny Santos - 28.nov.24/Folhapress



CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A chance de as acusações contra o ex-presidente serem levadas ao plenário dependem principalmente de Moraes, ou de uma votação favorável de 3 dos 5 ministros da Primeira Turma da corte. Ambas são consideradas baixas internamente.

Isso fará com que os ministros indicados por Bolsonaro não participem da análise. Kassio Nunes Marques e André Mendonça são integrantes da Segunda Turma do tribunal.

Celso Vilardi disse a Barroso, como mostrou a coluna de Mônica Bergamo, que vai pedir o impedimento dos ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin para atuar nos casos. Os dois foram indicados pelo presidente Lula ao Supremo.

A audiência com Barroso durou cerca de 20 minutos e foi acompanhada de assessores da presidência do STF.

O tribunal informou que o advogado "apresentou as razões de petições que ingressará, e o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, informou que analisará os pedidos".

Em janeiro, Vilardi disse à Folha que investigações não podem ser feitas apenas com base em declarações de colaboração premiada, "com base em presunções, com base em versões questionáveis de um delator, sem provas de corroboração".

Na saída, ainda, Vilardi afirmou que os áudios extraídos de celulares de alguns dos acusados de participar da trama golpista para manter Bolsonaro no poder após a derrota para Lula nas eleições de 2022 não complicam a defesa do ex-mandatário. O material detalha a atuação de militares no episódio.

"Não complicam... inclusive ainda não tive acesso a todas as mídias, pretendo despachar ainda esse assunto, precisa ser analisado dentro de um contexto e não frases separadas", disse Vilardi.

Parte dos áudios foi divulgada inicialmente pelo Fantástico, da TV Globo. As gravações também foram obtidas pela Folha.

Em um dos áudios, o general da reserva Mario Fernandes, ex-chefe dos chamados "kids pretos" do Exército, afirma que "o decreto é real e foi despachado ontem com o presidente" e pede "movimento".

Em outro, afirma que a "decisão" está em outra seara, mas que continuam acreditando muito, "mesmo porque a gente considera que não existe outra saída". Fernandes está preso desde o ano passado.

O decreto em questão é a chamada "minuta do golpe", documento preparado para sacramentar a ruptura institucional e evitar a posse de Lula.

Em áudio enviado ao tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, Fernandes afirma que esteve com Bolsonaro e que o então presidente teria dito que no dia 12 [de dezembro], pela diplomação "do vagabundo" (como se referem a Lula), não seria uma restrição e que "qualquer ação nossa pode acontecer até 31 de dezembro".

"Aí, na hora, eu disse: presidente, mas o quanto antes. A gente já perdeu tantas oportunidades", queixou-se.

"O outro aspecto é que nós temos já passagens de comando dos comandos de força, Força Armada", afirmou, no áudio.

"Vamos passar o comando para aqueles que estão sendo indicados para o eventual governo do presidiário. E aí tudo fica mais difícil, cara, para qualquer ação", disse.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.02.2025– PÁG. 02

Por agenda positiva, Lula destrava saque retido do FGTS

Em outra medida para tentar reverter a queda de popularidade, presidente assinará MP para liberar o saldo do Fundo dos trabalhadores que tiveram dinheiro bloqueado na modalidade saque-aniversário. Chefe do Executivo também enaltece Pé-de-Meia e Farmácia Popular

*Israel Medeiros
Raphael Pati*

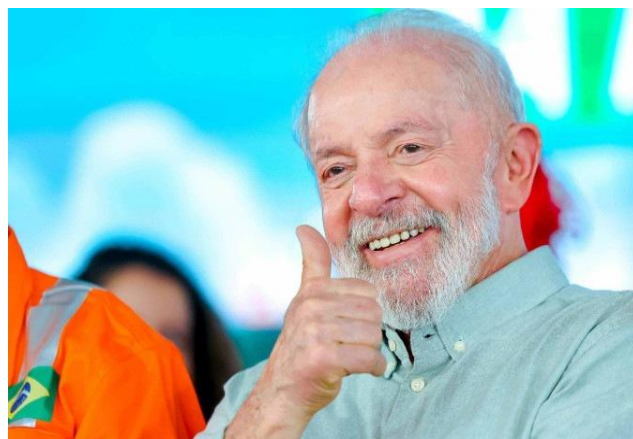
A crise de popularidade que atingiu o governo federal forçou o Palácio do Planalto a encontrar formas de divulgar as ações do Executivo e tentar melhorar a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta segunda-feira, o petista fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e de tevê em que anunciou o pagamento da parcela de R\$ 1 mil aos estudantes participantes do Pé-de-Meia que passaram de ano em 2024. Ele também reiterou a gratuidade dos 41 produtos do programa Farmácia Popular.

Também para tentar mostrar uma agenda positiva, Lula deve editar, nesta terça-feira, uma medida provisória para destravar os valores referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores que foram demitidos e não tiveram o direito de acessar o saldo retido na conta porque optaram pela modalidade do saque-aniversário. A informação foi adiantada pelo jornal Folha de S. Paulo e confirmada pelo Correio.

Ele convidou líderes de entidades sindicais para estarem em Brasília durante o anúncio oficial da MP. Entre elas, está a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O presidente nacional, Sérgio Nobre, confirmou o convite para a reunião nesta terça.

"Sacar o FGTS é um direito do trabalhador, que pode usar esse recurso para pagar suas contas, fazer compras, consumir e, dessa forma, se injeta mais dinheiro na economia", afirmou Nobre.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, é uma das principais vozes contrárias ao saque-





CLIPPING

DATA

25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

aniversário, criado em 2020, durante a gestão Bolsonaro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, nesta quarta-feira, que o saque-aniversário deve ser mantido, mas afirmou ainda que a medida provisória do consignado privado deve fazer com que trabalhadores prefiram a opção do crédito facilitado, com juros mais atrativos. Segundo ele, a MP deve ser editada após o feriado do carnaval, na primeira quinzena de março.

Linguagem informal

No pronunciamento desta segunda-feira, Lula usou uma linguagem descontraída para tratar dos programas. "Venho aqui para falar de dois assuntos muito importantes. Uma dupla que não é sertaneja, mas que está mexendo com o Brasil: o Pé-de-Meia e o novo Farmácia Popular", afirmou.

Ele disse que o pagamento da poupança de R\$ 1 mil do Pé-de-Meia entre hoje na conta para quem foi aprovado no ano passado. "Mas quem concluiu o ensino médio já pode sacar a partir desta terça-feira", ressaltou. "E olha que legal: mais de 90% dos jovens que estão no programa passaram de ano."

O programa incentiva estudantes do ensino médio a permanecer na escola e a concluir seus estudos, e a aposta do Planalto é de que a medida se torne uma vitrine do governo para as eleições de 2026. A dificuldade, no entanto, será vencer os obstáculos técnicos e políticos em torno do programa, além da pressão que a oposição tem feito em cima do assunto. Em janeiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou R\$ 6 bilhões do programa por entender que houve irregularidades na alocação dos recursos.

O caso baseou até um pedido de impeachment articulado pela oposição, apontando uma pedalada fiscal — irregularidade que derrubou Dilma Rousseff (PT) em 2016. A proposta ultrapassou as 100 assinaturas em janeiro, mas não alcançou as 142 necessárias para começar a tramitar na Câmara.

Governo anterior

Também no pronunciamento, Lula deu uma estocada na gestão Jair Bolsonaro, sem citar o nome do opositor. "Depois de dois anos de reconstrução de um país que estava destruído, estamos trabalhando muito para trazer prosperidade para todo o Brasil, principalmente para quem mais precisa", afirmou. "Seguimos ao lado de cada brasileiro e de cada brasileira: pra levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima."

O Planalto está em alerta especialmente porque as últimas pesquisas de popularidade têm mostrado declínio de Lula, inclusive, entre os eleitores que foram essenciais para elegê-lo: pobres e nordestinos.

A inflação e os altos juros, que têm sido uma pedra no sapato do atual governo, causam efeitos drásticos na população de baixa renda e contrastam diretamente com algumas das promessas feitas pelo petista durante sua campanha.

Ele foi eleito prometendo que o pobre voltaria a comer picanha durante seu governo. Em 2024, o preço da carne subiu 20,84% em relação ao ano anterior, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em janeiro. Já o café teve o preço inflacionado em 40% ao longo do último ano.

Lula culpa a alta demanda por exportações pelo alto preço dos alimentos e chegou a dobrar a aposta em uma entrevista à Rádio Tupi, do grupo Diários Associados, na semana passada. "O povo vai voltar a comer sua picanha", frisou. Na mesma entrevista, ressaltou que os dois primeiros anos de seu governo foram o "plantio". O que virá nos próximos dois anos, segundo ele, será a "colheita".

A crise de popularidade se dá, ainda, em um momento em que ainda há uma possível reforma ministerial "pairando" no ar. Lula retirou Paulo Pimenta da Secretaria de Comunicação Social e colocou Sidônio Palmeira.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, está em processo de fritura pública depois de a imprensa revelar que sua cabeça está a prêmio e há a possibilidade de Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, ser substituído por um nome do Centrão.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –25.02.2025– PÁG. 05

93 anos do voto feminino: da luta pelo direito ao espaço político reduzido

Há pouco mais de 90 anos, brasileiras conquistavam direito de ir às urnas escolher os próprios representantes no Legislativo e no Executivo. Mas esse avanço não se transformou na maior participação nos Poderes da República

Maria Beatriz Giusti



O voto feminino nem sempre foi uma realidade na política brasileira. No início da República, elas não eram consideradas cidadãs dignas de exercer o direito de escolher seus representantes. Apenas em 24 de fevereiro de 1932, as mulheres conquistaram o direito de ir às urnas. Foram abrindo caminho também para a participação na política, mas apesar do avanço, especialistas mostram que o Brasil ainda está longe da equidade na representatividade entre homens e mulheres.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidatas na eleição municipal de 2024 foi de 159.005 (34%) e 304.344 postulantes masculinos (66%). Apesar disso, os dados mostram que o percentual de eleitas teve leve aumento. O número de prefeitas subiu 7%, os de vice-prefeitas, 15%. As vereadoras passaram a 12%.

Segundo a União Interparlamentar (UIP), com a quantidade de mulheres eleitas ao Congresso a cada quatro anos, serão necessários 80 anos para que se atinja a equidade de gênero no Senado e na Câmara. Em 2022, o número de mulheres eleitas teve o melhor desempenho: entre os 513 deputados eleitos, 91 eram mulheres



CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
17 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

(18%), entre elas duas trans, fato inédito no Congresso. No Senado, dos 27 eleitos, apenas quatro eram mulheres (14%). Das 81 cadeiras de senadores, somente 10 são ocupadas por mulheres (12%).

Cristiana Bernardes, professora do mestrado profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e assessora do Observatório Nacional da Mulher na Política, explica que o meio político para as mulheres ainda é muito hostil. "Acredito que a forma mais cruel e mais difícil de lidar é com a violência política de gênero. É uma realidade que todos os países têm, mas, no Brasil, os contornos são muito preocupantes, não apenas durante as eleições, mas também durante os mandatos", afirma.

Para a advogada e especialista em direito eleitoral e processo eleitoral Maitê Marrez, o discurso de que mulheres não votam em mulheres, e que a população feminina não se interessa por discussões políticas, é falso. "Essa questão precisa ser analisada da seguinte forma: existem mais chances de eleição daqueles que têm maior visibilidade. As candidatas não conseguem essa visibilidade, muitas vezes, por conta dos próprios partidos", explica.

De acordo com o Observatório Nacional da Mulher na Política, em 2020 as mulheres candidatas tiveram 5% de chance de êxito na eleição, enquanto os candidatos homens tiveram 15% de êxito. "Esses dados mostram que as candidaturas masculinas continuam muito mais valorizadas pelos partidos", salienta.

Mudança tímida

A advogada afirma, no entanto, que existe uma mudança, mas ainda "tímida". "Os avanços são sempre pequenos, justamente por conta dessa cultura que não permite que mulheres participem de espaços de poder. Mesmo com a lei eleitoral, que garante 30% das vagas para mulheres, os partidos políticos continuam não dando espaço às candidatas de crescerem no espaço político", argumenta.

Ao **Correio**, a deputada federal Carol Dartora (PT-PR) disse que acredita que celebrar os 93 anos do voto feminino no Brasil é reconhecer a luta das mulheres para a participação ativa na política. "Como primeira deputada negra do Paraná, carrego essa história de resistência e compromisso com a ampliação da democracia. Ainda enfrentamos desafios, como a violência política de gênero e de raça, mas seguimos firmes para garantir que mais mulheres, especialmente mulheres negras e periféricas, ocupem esses espaços e tenham suas vozes ouvidas", diz.

A professora da Universidade Católica de Brasília (UCB) Kelly Quirino, especialista em gênero e raça, explica que o processo pelo voto feminino começou com um movimento sufragista — na segunda metade do século XIX, na Inglaterra e na França, com um grupo de mulheres, filhas da burguesia. Mulheres com acesso à educação que começaram a questionar por que não podiam votar.

"Houve muito uso legítimo da força por parte das mulheres e, também, repressão policial, por parte das autoridades, para impedir que elas votassem. A mulher era tratada como propriedade dos homens. Era considerada subespécie", observa.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –25.02.2025– PÁG. 11

Violência contra as mulheres não tem limites

Na avaliação do presidente do Fonavid, educação e prevenção são indispensáveis para conter a violência que afeta o universo feminino



Uma grávida de 19 anos foi morta com um tiro na cabeça dentro de uma igreja evangélica, na cidade de Planaltina, cidade do Distrito Federal, na frente da filha de 2 anos. O autor era ex-companheiro da vítima, que recuou da decisão de deixar a guarda da menina. A violência contra mulheres não parou aí no Distrito Federal neste último fim de semana. Um motorista de aplicativo, estuprou uma jovem, também de 19 anos, dentro do carro, no percurso entre Samambaia e Ceilândia, onde ela reside.

Casos lastimáveis como esses alimentam um banco de dados de violência contra as mulheres que agrega outras perversidades, como espancamentos, tortura, humilhações, assédio moral, violência psicológica e sexual. Trata-se de uma lista longa de maus-tratos presentes no cotidiano do universo feminino, praticados dentro e fora de casa, culminando num cenário de desamparo e insegurança onde quer que as mulheres estejam, com desdobramentos também nos ambientes virtuais.

Só em 2024, no DF, foram abertos 75 processos de violência contra as mulheres por dia. E, a cada 26 minutos, ocorria o registro de uma queixa por violência doméstica. Dados do Conselho Nacional de Justiça indicam que mais de 380 mil casos foram registrados na Justiça em todo o país, no mesmo ano.

Sexta-feira última, em entrevista ao Podcast do **Correio**, o presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), Francisco Tojal Dantas Matos, reconheceu que "há uma carga muito grande de ódio às mulheres". Ele destacou que, ao longo de 2023, ocorreram 1.467 feminicídios no Brasil, sendo 64% das vítimas mulheres negras, reconhecidas como as mais vulneráveis. Igual percentual foi o de vítimas mortas em casa.

Na avaliação do presidente do Fonavid, educação e prevenção são indispensáveis para conter a violência que afeta o universo feminino. Ao lado dessa providência, ele entende como fundamental regular as redes sociais, pelas quais trafegam mensagens que confundem discurso de ódio com liberdade de expressão. "A educação é a maior arma contra a violência. Só a partir da prevenção, a gente vai conseguir mudar essa realidade", indicou.

Outra frente imprescindível é tornar o público masculino aliado na luta pelos direitos das mulheres. O juiz defende que os homens participem dos diálogos, ouçam as mulheres, abram caminho para que elas

alcancem determinados espaços — muitos tidos como exclusivos do universo masculinos — e, por último, conversem com outros homens que se negam a escutar as mulheres.

Mas não só isso. O presidente do Fonavid entende como importante dialogar também, de forma harmoniosa, com os Três Poderes. No Congresso e nas casas legislativas caminham pautas que desconstroem os avanços conquistados pelas mulheres e alargam o fosso que impede a equidade de gênero. Provocar o ressurgir de valores incompatíveis com avanços civilizatórios e combiná-los ao reforço de uma educação machista implica banalizar a violência e a discriminação das mulheres em todo os sentidos, na via contrária dos direitos humanos e da Constituição cidadã.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO –25.02.2025– PÁG. E1

Cade estuda edição de norma para dar desconto ou parcelar valores de multas

Intenção é elevar o recolhimento das penalidades e diminuir a judicialização

Guilherme Pimenta



O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) estrutura uma norma para permitir incentivos à quitação de débitos de empresas e pessoas físicas condenadas pelo órgão. Em entrevista exclusiva ao **Valor**, o procurador-chefe do Cade, André Freire, contou que a intenção é permitir, dentro dos limites da lei, que o condenado a sanção pecuniária pague com condições especiais, de forma a elevar o recolhimento das multas e diminuir a judicialização.

Uma das frentes estudadas, segundo Freire, é permitir um desconto pontual para os pagamentos antes dos vencimentos. Outra frente é oferecer parcelamento, para atender, principalmente, às pessoas físicas apenadas. As regras estão sendo elaboradas e serão submetidas à análise do tribunal administrativo em breve.

Dados do Balanço Geral da União (BGU) indicam que, no fim de 2023, as multas aplicadas pelo Cade não pagas por pessoas físicas somavam R\$ 4,7 bilhões, estoque elevado, porém em linha com outros órgãos sancionadores.

Mas no ano passado houve um grande pagamento do passivo devido ao Cade no âmbito do Programa Desenrola das Agências. Os acordos com o órgão totalizaram R\$ 1,5 bilhão - R\$ 1 bilhão veio com negociação firmada com a Votorantim Cimentos. O programa permitiu que condenados quitassem seus débitos com autarquias e fundações públicas federais com algumas condições especiais.



CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
20 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

“Hoje, o apenado que quer pagar voluntariamente não tem nenhum incentivo. O incentivo dele é judicializar, porque as multas aqui são altas. Ir ao Judiciário, em alguns casos, é mais barato do que pagar a multa”, avaliou o chefe da Procuradoria-Federal Especializada do Cade (ProCade) ao **Valor**.

Ao mesmo tempo, destacou o procurador, o desconto não pode ser tão alto a ponto que tire os incentivos para que os investigados negociem acordos com o Cade, como os termos de compromisso de cessação (TCCs) de conduta - quando os processos são encerrados a partir do pagamento de recolhimento de alguns valores.

Além disso, André Freire contou que o próximo passo é analisar e aprimorar a recuperação do passivo existente, principalmente aproximando a área de cobrança, responsável pelas ações judiciais de execução, e a área técnica da procuradoria, que detém os dados e o maior controle dos processos.

O procurador chegou ao Cade em julho de 2024, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao comando da área jurídica do órgão antitruste. Advogado da União desde 2023, estava na Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) desde o início do atual governo, assessorando o ministro e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Quando o cargo de chefia da ProCade ficou vago, no ano passado, o procurador foi convidado pelo ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, a assumi-lo.

Agora, Freire está à frente do órgão em um dos momentos mais turbulentos para o Cade perante ao Poder Judiciário nos últimos anos. Isso porque, recentemente, duas medidas preventivas impostas pela Superintendência-Geral foram derrubadas por liminares em casos de grande repercussão.

A primeira, em um processo que apura irregularidades, por parte da Apple, em um processo que investiga suposto abuso de posição dominante no mercado de distribuição de aplicativos (apps) para dispositivos com sistema iOS. A Justiça Federal de Brasília, em dezembro, anulou uma preventiva imposta pela Superintendência-Geral.

A segunda decisão contrária ao órgão envolve uma disputa societária, levada ao Cade, relacionada aos direitos societários da Paper Excellence na produtora de celulose Eldorado, controlada pela J&F Investimentos. Nesse caso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) derrubou a preventiva imposta pela área técnica.

A medida impediu a Paper Excellence de votar em assembleias gerais e participar de decisões na empresa após acatar um pedido da própria Eldorado, que acusa a acionista minoritária de supostas práticas anticompetitivas.

André Freire contou que a intenção é aproximar o órgão de defesa da concorrência de ministros, desembargadores e juízes de primeira instância, estimulando a cooperação entre o Judiciário e a autarquia. “Queremos mostrar as nossas teses de uma forma um pouco mais clara e mais fluida”, disse o procurador-chefe.

Segundo ele, a taxa de sucesso da autarquia no Poder Judiciário é tradicionalmente alta, quando comparada com outros órgãos, sempre em torno de 85% de sucesso. Porém, nos últimos anos, ele informou, dados da ProCade indicam para um índice mais baixo, próximo a 65%.

Apesar disso, Freire afirmou que não é possível ter, nesse momento, clareza do diagnóstico que levou a essa queda. Uma possibilidade, ele contou, é o fato de alguns processos mais antigos, que remontam aos anos 2000, estarem sendo concluídos somente agora. E como esses casos são mais antigos, acrescentou, a Justiça pode estar questionando padrões de prova dessa época, que estariam abaixo dos padrões considerados aceitáveis pelos juízes atualmente.

Órgão realizará sessões virtuais de julgamento

Objetivo é acelerar a análise de temas considerados mais burocráticos e menos complexos

Guilherme Pimenta

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instituiu, na semana passada, um circuito virtual de julgamentos. O objetivo da novidade é acelerar a análise de temas considerados mais burocráticos e menos complexos para a autarquia de defesa da concorrência.

O circuito virtual abrangeria um rol de temas que, até então, eram analisados durante as sessões presenciais. Entre os tópicos, por exemplo, está a homologação de termos de compromisso de cessação de conduta (TCCs), que são os acordos negociados por empresas e pessoas físicas para encerrar processos no órgão, o que acendeu alerta de especialistas.

Despachos decisórios de avocação também serão analisados em âmbito virtual. Esse procedimento ocorre quando algum membro do tribunal pede para que o colegiado analise um ato de concentração aprovado diretamente pela Superintendência-Geral (SG) da autarquia.

A resolução que cria o circuito virtual também destaca que o presidente do Cade ou os conselheiros poderão pedir destaque daquele assunto em julgamento virtual, levando-o para a sessão presencial, como ocorre nos tribunais superiores do Judiciário.

Essa resolução também informa que a ausência de manifestação por parte de qualquer conselheiro até o término do julgamento virtual será computada como concordância tácita. Havendo voto divergente, o conselheiro deverá obrigatoriamente se manifestar por escrito.

Outros despachos mais burocráticos, a exemplo dos que envolvem temas administrativos, como questões orçamentárias do órgão antitruste, também poderão ser levados ao novo circuito virtual.





CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
22 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Não poderão ser julgados no circuito virtual do Cade, segundo a norma: inquéritos administrativos, procedimentos preparatórios e processos administrativos. Atos de concentração também não serão analisados virtualmente e continuam nas sessões presenciais.

Os julgamentos poderão ser diários e vão durar até cinco dias corridos, contados após o seu início. A norma também estabelece que a ata do julgamento virtual será publicada no prazo de até cinco dias úteis, a contar do encerramento da sessão.

Na avaliação de advogados, apesar de a iniciativa ser exitosa, o Cade precisa ter cautela na análise dos temas no circuito virtual. “É importante que esse mecanismo seja aplicado com parcimônia, preservando as sessões de julgamento tradicionais, síncronas e com ricos debates entre os conselheiros, como o ambiente ideal para as deliberações de assuntos com relevância sobre a interpretação das normas concorrenciais pelo Cade e sua aplicação nos casos concretos”, avaliou Ricardo Botelho, sócio de Marchini Botelho Caselta Della Valle Advogados.

Botelho citou decisões envolvendo homologação de TCCs, advocação de operação ou conhecimento de recurso, cumprimento de decisão e embargos com possíveis efeitos infringentes. “São exemplos de situações em que, a depender do caso, é preferível que a decisão seja tomada em sessões tradicionais, fora do ambiente virtual”, afirmou.

Na mesma linha comentou a advogada Flávia Chiquito, sócia da área concorrencial da Manesco. De acordo com ela, a nova resolução “carece de clareza quanto à publicidade e transparência dos atos sujeitos ao circuito deliberativo, principalmente, aos administrados”. O texto não diz se haverá publicidade prévia aos processos a serem analisados.

“Esse ponto é relevantíssimo de ser esclarecido e regulamentado, em atenção ao princípio da segurança jurídica”, opinou ela. “Prazos e procedimentos também precisam ser melhor detalhados e previstos nessa resolução”, acrescentou.

Destaque

Aplicativo de mensagem

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a responsabilidade civil solidária de um provedor de aplicativo de mensagens que, instado a cumprir ordem judicial de remoção de conteúdo infringente (no caso, imagens íntimas de menor de idade), deixou de adotar qualquer providência sob o fundamento de impossibilidade técnica para a exclusão do material. A ação foi ajuizada contra um ex-namorado da menor e o provedor, devido à divulgação de fotos íntimas pelo aplicativo de mensagens instantâneas - prática conhecida como “pornografia de vingança”. O juízo determinou ao provedor que removesse o conteúdo e condenou apenas o ex-namorado a pagar indenização, mas o tribunal de segunda instância reconheceu a responsabilidade solidária e condenou também o provedor, aumentando o valor da reparação. O provedor, no entanto, nada fez após receber a ordem para tornar o conteúdo indisponível. No recurso ao STJ, a empresa tentou afastar sua responsabilidade no caso. Em seu voto, porém, a relatora,

ministra Nancy Andrighi, entendeu que a omissão do provedor deve ser penalizada com o reconhecimento do dano moral (processo em segredo judicial).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO –25.02.2025– PÁG. E2

Stock options e o vício da insegurança jurídica

A aprovação de uma lei que regule o instituto, como propõe o PL 2724/2022, resultaria em uma legislação balizadora das decisões judiciais e traria mais conforto aos magistrados no trato do tema

Luiz Guilherme Migliora



Não há tema mais embaralhado do que a natureza jurídica de stock options ou opções de compra de ações por empregados e trabalhadores sem vínculo. A complicação reside na própria definição do que é uma opção de compra de ações e de quando esse direito tem natureza remuneratória ou mercantil.

Tipicamente, o stock option é um contrato pelo qual o contratante, pessoa jurídica, confere ao contratado, pessoa física, empregado celetista ou não, o direito de

comprar em data futura (após expirado o período de carência ou vesting) ações da contratante por preço pré-fixado na data da concessão. Nesse sentido, dependendo do comportamento do setor no período de carência, o valor de mercado das ações objeto do stock option pode ficar acima ou abaixo do preço de compra pré-estabelecido.

Concedido o stock option e expirado o prazo durante o qual ele não poderia ser exercido (prazo de carência ou vesting), o beneficiário pode: (i) comprar ações pelo preço pré-definido e revendê-las no mercado com lucro (assumindo que as ações valham mais do que esse preço pré-determinado), (ii) comprar as ações e mantê-las em carteira, crendo que elas se valorizarão, ou (iii) aguardar mais para exercer suas opções no futuro, assumindo que as opções terão sempre um prazo de validade após vencido o prazo de carência.

Os stock options não são uma novidade, mas são, por outro lado, ainda incomuns no Brasil. Em muitos países são corriqueiras e se mostram como um elemento interessante de retenção de talentos - a existência de prazos de carência a vencer funciona como um desincentivo aos desligamentos voluntários de talentos - e de alinhamento de interesses entre o empresário e seus colaboradores, pois o ganho de um se reflete no valor de suas ações e se transforma em potencial ganho do outro.

No Brasil, contudo, vivemos uma enorme incerteza quanto à natureza jurídica dos valores decorrentes de stock options, que influencia severamente seu tratamento em caso de beneficiários celetistas e sua tributação.



CLIPPING

DATA
25.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
24 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A falta de familiaridade dos julgadores de uma forma geral quanto ao funcionamento dos stock options não tem ajudado no estabelecimento de um entendimento único quanto ao seu tratamento legal.

Os projetos de lei 286/2015 e 2724/2022 trazem alguma esperança de luz no final desse infindável túnel. Eles pretendem, em suma, que os stock options tenham natureza mercantil, mas desde que se assegure o seu caráter de voluntariedade, onerosidade e aleatoriedade. Assim, distinguem os stock options, que são opções de compra com risco para o optante dos chamados stock grants que são meras concessões de ações, ou pagamentos in natura, de natureza inequivocamente remuneratória.

Definido que a opção de compra de ações é oferecida a seu beneficiário que pode ou não exercê-la, devendo desembolsar algum valor no seu exercício (onerosidade) e perder dinheiro dependendo do humor do mercado, os projetos de lei garantem o seu caráter mercantil. Não pode, afinal, um stock option ser remuneração se o trabalhador pode não apenas não ganhar nada, mas até perder dinheiro em virtude do exercício da opção. Afinal, salário tem natureza alimentar e não se pode conceber salário que pode resultar negativo.

A Justiça do Trabalho já tem razoavelmente consolidado o entendimento de que os stock options, presentes as características típicas listadas acima, não têm natureza salarial, mas mercantil e que não integram o salário. Originalmente, os stock options se configuram como uma ação incentivadora ao trabalhador que passa a colaborar com mais afinco para o sucesso empresarial, além de desenvolver o senso de pertencimento.

Diz-se razoavelmente consolidado porque o tema ainda desperta curiosidades e não é bem conhecido entre os magistrados, o que dificulta a consolidação do entendimento e gera decisões contraditórias com essa compreensão majoritariamente representada pela decisão de não configurar como natureza salarial.

Entretanto, a consolidação de uma posição única na esfera da Justiça do Trabalho e Federal não parece tarefa demasiadamente difícil. Falta mais debate sobre o tema para sedimentar o conhecimento dos magistrados a respeito de como esse mecanismo de retenção e engajamento de trabalhadores funciona no curto, médio e longo prazos e da diferença entre o stock option e o stock grant.

A aprovação de uma lei que regule o instituto, como propõe o PL 2724/2022, combinando os acertos dos dois PLs e adotando pequenos ajustes necessários - vide parecer 040/2024 recentemente aprovado pelo Plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros a respeito dos PL's que regulam stock options - resultaria em uma legislação balizadora das decisões judiciais e traria certamente mais conforto aos magistrados no trato do tema.

Seria lógico que o entendimento dos tribunais trabalhistas sobre a natureza de uma verba auferida por um trabalhador informasse e vinculasse os demais tribunais. Afinal, é o tribunal do trabalho que define uma questão trabalhista, a qual naturalmente tem consequências tributárias, mas segue sendo trabalhista na sua natureza.

Esse caminho, contudo, que resolveria boa parte da confusão na qual nos encontramos, não é adotado. Cada tribunal deseja ter a sua posição peculiar e própria sobre a natureza de pagamentos decorrentes das opções de

compra de ações, independentemente de se tratar de instituto típico de contratos de trabalho, especialidade da Justiça do Trabalho.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia da Criação do Ministério das Comunicações

O Ministério das Comunicações foi criado em 25 de fevereiro de 1967, durante o governo do presidente Castelo Branco, com o objetivo de modernizar e expandir a infraestrutura de comunicação no Brasil. Essa data marca um ponto crucial na história do país, impulsionando avanços na radiodifusão, telecomunicações e, mais recentemente, no setor digital.

O Papel do Ministério das Comunicações

Desde sua fundação, o ministério tem sido responsável por regulamentar e desenvolver as políticas públicas voltadas para as áreas de comunicação e tecnologia. Sua atuação abrange setores como:

Radiodifusão: Regulamentação de rádios e televisões, garantindo o funcionamento adequado desses serviços.

Telefonia e Internet: Expansão da cobertura de telefonia fixa e móvel, além de promover o acesso à internet em diferentes regiões do país.

Correios: Administração dos serviços postais, fundamentais para a conectividade entre cidades e estados.

A Evolução das Comunicações no Brasil

A criação do ministério ocorreu em um período de grandes transformações tecnológicas. Nos anos seguintes, o Brasil avançou significativamente, com marcos importantes como:

1972: Criação da Embratel, ampliando a comunicação via satélite.

1998: Privatização do sistema de telecomunicações, permitindo maior concorrência e expansão dos serviços.

Anos 2000: Popularização da internet e inclusão digital, com programas governamentais voltados à conectividade.

Com o crescimento da tecnologia digital e a necessidade de um Brasil cada vez mais conectado, o Ministério das Comunicações tem desempenhado um papel essencial na ampliação do acesso à informação e no desenvolvimento de políticas públicas que garantam a inclusão digital.

O Impacto da Comunicação na Sociedade

O avanço das telecomunicações transformou diversos setores, como a educação, saúde e economia, tornando a conectividade um direito essencial para a população. Atualmente, o ministério atua em projetos para expandir a banda larga, implementar o 5G e levar conectividade a áreas remotas, contribuindo para um país mais digital e integrado.

